

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/AM

Processo nº 08240.000862/2022-35

CONTRATO Nº 09/2022-SR/PF/AM

TERMO DE CONTRATO Nº 09/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS E A EMPRESA CECILIA KAZUE FERNANDES NOMURA.

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS, com sede na Avenida Domingos Jorge velho, nº 40 - Dom Pedro II, Planalto, Manaus/AM, CEP 69.042-470, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0021-80, neste ato representado pelo Superintendente Regional, EDUARDO ALEXANDRE FONTES, Delegado de Polícia Federal, RG nº 22329357, CPF nº 138.973.328-92, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 16.184, de 05 de maio de 2022, publicada no Boletim de Serviço 085, de 06 de maio de 2022, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CECILIA KAZUE FERNANDES NOMURA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.145.456/0001-82, sediado(a) na Rua Enviras, nº 29B, Coroado - CEP 69.082-664 - Manaus/AM, Telefone: (92) 98843-3380 / (92) 98175 - 2414 / Email: caiquecruzfreires@hotmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. CECILIA KAZUE FERNANDES NOMURA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2264770-8, expedida pela (o) SESP/AM, e CPF nº 013.722.792-29, tendo em vista o que consta no Processo nº08240.000862/2022-35 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 02/2022-SR/PF/AM, por Sistema de Registro de Preços nº 02/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ÁGUA MINERAL natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões de 20L (vinte litros) no sistema de substituição de vasilhames (COMODATO), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA	Água	445485	Garrafão	1.200	R\$ 5,10	R\$
	MINERAL natural	Crim		20L			6.120,00
	ou potável de mesa acondicionada em						
	garrafões do 20L						
	(vinte litros)						
	classificada segundo						
	o código de águas						
	minerais como						
	potável, mineralizada,						
	não gaseificada, com						

	lacre de segurança devidamente acondicionada em plástico protetor, no sistema de substituição de vasilhames (COMODATO), respeitada as normas de qualidade vigentes discriminadas na RDC nº 274, de 22 de Setembro de 2005 da ANVISA e Portaria nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de Minas e Energia/MME, além das demais legislações vigentes. (Localidade de Entrega: Manaus)						
2	AGUA MINERAL natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões do 20L (vinte litros) classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionada em plástico protetor, no sistema de substituição de vasilhames (COMODATO), respeitada as normas de qualidade vigentes discriminadas na RDC nº 274, de 22 de Setembro de 2005 da ANVISA e Portaria nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de Minas e Energia/MME, além das demais legislações vigentes. (Localidade de Entrega: Tabatinga/AM)	Água Crim	445485	Garrafão 20L	340	R\$ 15,90	R\$ 5.406,00
3	ÁGUA MINERAL natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões do 20L	Água Crim	445485	Garrafão 20L	24	R\$ 19,45	R\$ 466,80

	(vinte litros) classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionada em plástico protetor, no sistema de substituição de vasilhames (COMODATO), respeitada as normas de qualidade vigentes discriminadas na RDC nº 274, de 22 de Setembro de 2005 da ANVISA e Portaria nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de Minas e Energia/MME, além das demais legislações vigentes. (Localidade de Entrega: Tefé/AM)						
4	ÁGUA MINERAL natural	Água Crim	445485	Garrafão 20L	72	R\$ 17,55	R\$ 1.263,60
	ou potável de mesa acondicionada em garrafões do 20L (vinte litros)						
	classificada segundo o código de águas						
	minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com						
	lacre de segurança devidamente						
	acondicionada em plástico protetor, no sistema de						
	substituição de vasilhames						
	(COMODATO), respeitada as normas						
	de qualidade vigentes discriminadas na						
	RDC nº 274, de 22 de Setembro de 2005 da ANVISA e Portaria						
	nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de						
	Minas e Energia/MME, além						
	das demais legislações						
	vigentes. (Localidade de Entrega: São						
				'			

	Gabriel da Cachoeira/AM) ÁGUA						
5	MINERAL natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões do 20L (vinte litros) classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionada em plástico protetor, no sistema de substituição de vasilhames (COMODATO), respeitada as normas de qualidade vigentes discriminadas na RDC nº 274, de 22 de Setembro de 2005 da ANVISA e Portaria nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de Minas e Energia/MME, além das demais legislações vigentes. (Localidade de Entrega: Santo Antônio de Iça/AM)	Água Crim	445485	Garrafão 20L	72	R\$ 19,10	R\$ 1.375,20
		VAI	LOR TOTAL				R\$ 14.631,60

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA 2.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 22/09/2022 e encerramento em 31/12/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1°, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRECO 3.

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 14.631,60 (quatorze mil e seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos).
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

> Gestão/Unidade: 200382 Fonte: 0100000000

Elemento de Despesa: 339030

PI: PF99900AG22

Nota de Empenho: 2022NE000249

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO 8.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA 10.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 11.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO 12.

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES 13.

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

- É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação 13.2. financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES 14.

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS 15.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO 16.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO 17.

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal no Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2°, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Manaus/AM, na data da assinatura eletrônica.

EDUARDO ALEXANDRE FONTES

Superintendente Regional CPF nº 138.973.328-92 **CONTRATANTE** (assinatura eletrônica)

CECILIA KAZUE FERNANDES NOMURA

Representante da CECILIA KAZUE CPF nº 013.722.792-29 **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

CARLOS AUGUSTO AMARAL DA CRUZ CPF 795.209.012-72 (assinatura eletrônica)	NOME:



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO ALEXANDRE FONTES, Superintendente Regional, em 22/09/2022, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por cecilia kazue fernandes nomura, Usuário Externo, em 26/09/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por CARLOS AUGUSTO AMARAL DA CRUZ, Agente Administrativo(a), em 28/09/2022, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por GRACIELE MARTINS LIMA, Agente Administrativo(a), em 28/09/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 25114865 e o código CRC FBD7E0DF.

Referência: Processo nº 08240.000862/2022-35 SEI nº 25114865